

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

ICF

Intenção de Consumo das Famílias

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Agosto de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
MOMENTO ATUAL: EMPREGO E RENDA.....	4
CONDIÇÕES DE CONSUMO: ACESSO AO CRÉDITO, MOMENTO PARA DURÁVEIS E CONSUMO	8
PERSPECTIVAS: PROFISSIONAL E CONSUMO	13
METODOLOGIA.....	15

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Intenção de Consumo das Famílias Catarinenses (ICF) encerrou a trajetória de variação positiva que se mantinha desde abril, ao reduzir 0,73% em agosto. Assim, o consumo segue em nível pessimista, inclusive, a recuperação anterior não foi suficiente para afastar o índice do ciclo de mínimas históricas.

O mês aponta sinais de alerta que podem minimizar a retomada das atividades econômicas, sobretudo, quanto ao nível de consumo atual das famílias, que apresenta movimento acelerado de perdas e renovou a mínima histórica pelo décimo primeiro mês sucessivo. Nesse campo, 90% dos entrevistados afirmam estarem comprando menos que antes.

O acesso ao crédito acelera a tendência de deterioração no mês- 58% dos consumidores acreditam que comprar a prazo está mais difícil. Portanto, as incertezas são grandes e a retomada consistente depende da imunização coletiva e do controle de novas variantes do COVID-19. As condições inflacionárias e a elevação da taxa de juros de mercado (SELIC) também podem estar pressionando negativamente a renda e o consumo das famílias.

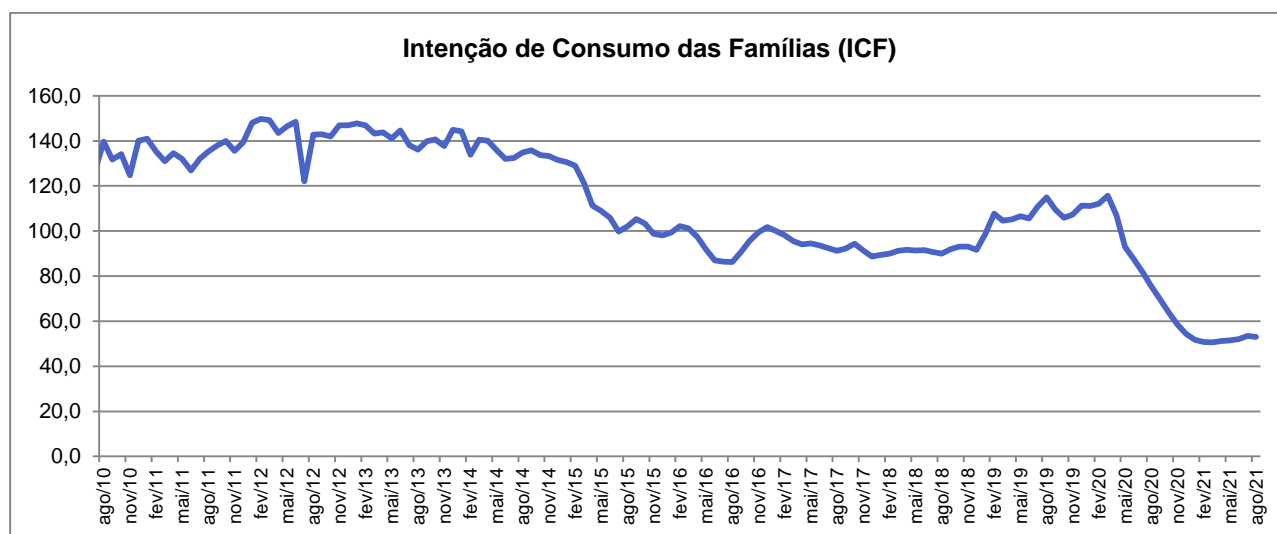
O impacto negativo no ICF foi atenuado pelo avanço das expectativas futuras das famílias no âmbito profissional e de consumo. Esses componentes se mantêm em tendência positiva nos últimos meses e são reforçados pelo ambiente econômico mais favorecido. Assim, caso essas expectativas sejam confirmadas, a intenção de consumo atual pode mudar de trajetória nos próximos meses. Além disso, colaborou em agosto o avanço do indicador da Renda Atual pelo quarto mês seguido, reflexo da entrada em circulação dos benefícios emergenciais do Governo Federal e Estadual e do avanço do mercado formal de emprego, condições que reforçaram a renda das famílias.

Intenção de Consumo das Famílias catarinenses interrompe recuperação e permanece em ciclo de mínimas históricas

O indicador ficou em 53,1 pontos numa escala de 0 a 200

Indicadores	fev/20	ago/20	jul/21	ago/21	VARIAÇÃO MENSAL	VARIAÇÃO ANUAL - Igual período	VARIAÇÃO ANUAL - Fev.2020 (pré-pandemia)
Emprego Atual	123,5	89,4	59,7	56,5	-5,32%	-36,82%	-54,25%
Perspectiva Profissional	143,2	83,5	90,0	91,3	1,49%	9,40%	-36,24%
Renda Atual	121,3	100,6	55,4	58,5	5,64%	-41,82%	-51,77%
Acesso ao Crédito	110,0	71,9	54,8	52,7	-3,86%	-26,74%	-52,09%
Nível de Consumo Atual	92,2	61,1	16,0	13,1	-17,93%	-78,54%	-85,79%
Perspectiva de consumo	111,1	74,4	48,4	50,4	4,23%	-32,30%	-54,64%
Momento para duráveis	83,2	47,3	50,3	49,1	-2,40%	3,74%	-40,99%
ICF	112,1	75,5	53,5	53,1	-0,73%	-29,63%	-52,63%

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) interrompeu a tendência de recuperação que acontecia por quatro meses seguidos, ao reduzir 0,73% em agosto diante de julho. O movimento de retomada dos meses anteriores era lento e gradual, assim, o resultado não possibilitou o índice mudar de trajetória e avançar em direção aos patamares pré-pandemia (fev.2020). Em razão da queda na passagem do mês, a média de variação entre janeiro e agosto de 2021 permanece negativa em 0,25%.



A redução no mês foi minimizada pela variação positiva das perspectivas das famílias, tanto no Consumo (4,23%), quanto no âmbito Profissional (1,49%), além do avanço de 4,6% na renda atual. Inclusive, esses indicadores estão mitigando maiores impactos negativos na intenção de consumo das famílias durante os últimos meses ao manter a trajetória de crescimento por pelo menos três meses seguidos.

Ainda, o mês de agosto marca a recuperação dos componentes Perspectiva Profissional e Momento para Duráveis frente ao mesmo período do ano anterior. Após 15 meses de sucessivas perdas, reverterem a posição para variações positivas de 9,4% e 3,7%, respectivamente.

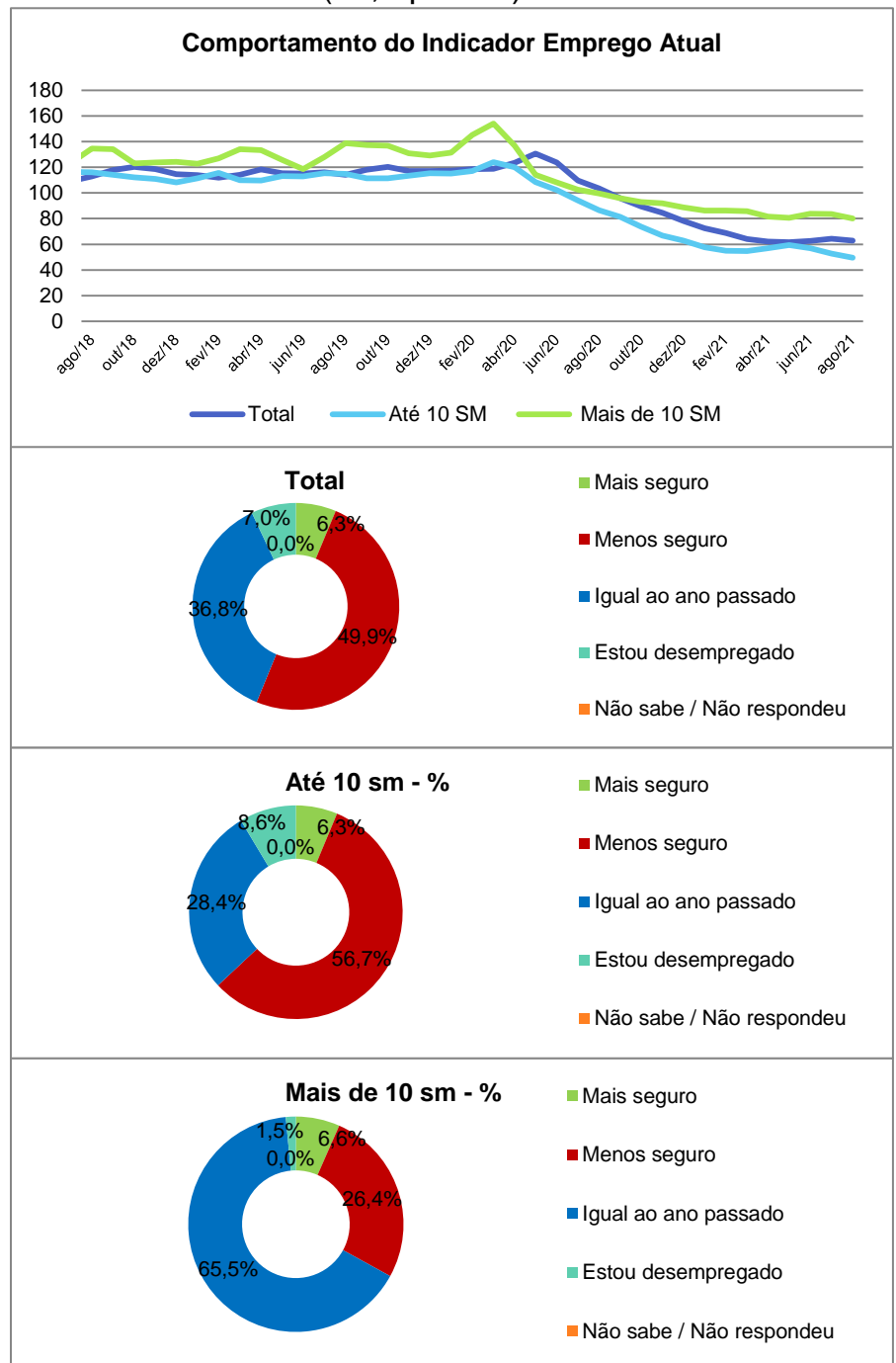
Do lado oposto, o emprego permanece com movimento negativo pelo terceiro mês seguido e encerra agosto com a segunda maior queda entre os componentes do ICF. Além disso, o Nível de Consumo Atual aprofunda as perdas no ano ao diminuir 17,93% na passagem do mês, depois retrair 15,9% no mês anterior e 10,3% em junho. Esse resultado leva o índice a renovar a mínima histórica (13,1 pontos) pelo décimo primeiro mês consecutivo.

A pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias permite avaliar tanto a situação atual quanto às expectativas e perspectivas dos principais aspectos relacionados ao consumo no estado de Santa Catarina. Também é possível analisar os dados conforme recorte de faixa de renda familiar menor ou maior que 10 salários mínimos (SM).

MOMENTO ATUAL: EMPREGO E RENDA

A expectativa do consumidor para o **Emprego Atual**, após encerrar o primeiro trimestre de 2021 em mínima histórica (61,7 pontos) e sofrer movimento de alta por dois meses seguidos, acelera as perdas em agosto com queda de 5,3% em relação ao mês anterior - o resultado é similar a julho (-5,2%) e maior que junho (-2,1%). Assim, o índice renova a mínima histórica da série e permanece em patamar pessimista, ao situar-se em 56,5 pontos – valor considerado de sólido pessimismo numa escala que vai de 0 a 200. Ao analisar o mesmo período do ano anterior, o índice persiste em tendência negativa de 36,8%.

Nesse contexto, 49,9% dos entrevistados indicam que estão menos seguros na permanência do Emprego Atual, superior ao apresentado no mês anterior (48%) e em junho (46,4%). Na comparação anual, houve acréscimo de 12,85 p.p. comparado ao mesmo período do ano anterior (36,95%). Em agosto de 2020, 26,37% dos entrevistados indicavam estar mais seguros com relação ao emprego, enquanto neste ano, apenas 6,35% afirmam estar mais seguros.



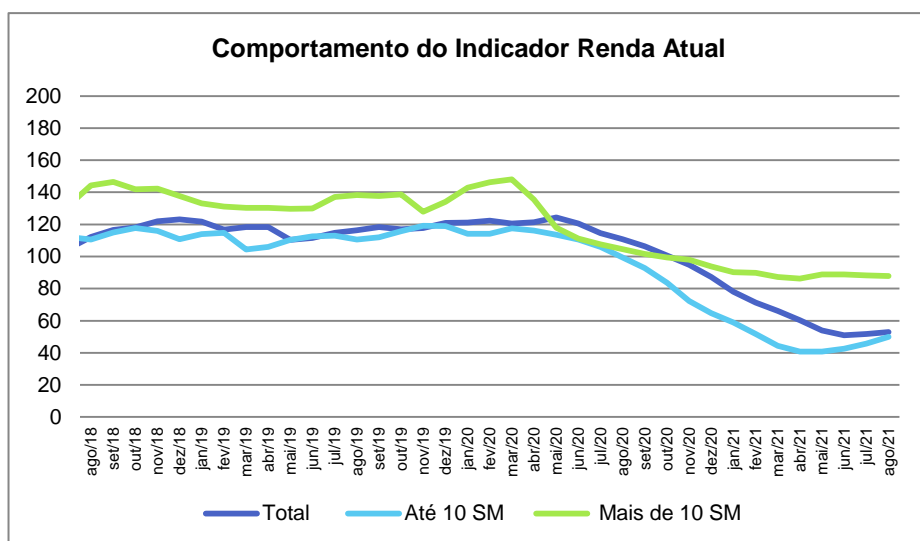
Essa reversão é um forte indicativo da continuidade da crise e das incertezas sobre os impactos da pandemia na perspectiva dos consumidores quanto à manutenção do emprego atual. O mercado de trabalho formal de Santa Catarina apresentou alta no acumulado do primeiro semestre de 2021, com a criação de mais de 126 mil postos de trabalho. Por outro lado, a retomada de empregos parece ser insuficiente para estabilizar e diminuir a taxa de desemprego em Santa Catarina e pode estar resultando na diminuição da confiança das famílias.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua ((Pnad Contínua) mostrou que taxa de desocupação foi estimada em 6,2% no trimestre referente aos meses de janeiro a março de 2021, crescimento de 0,9 pontos percentual em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2020 (5,3%).

Esse resultado reflete, especialmente, a ampliação das pessoas desocupadas na força de trabalho, que passou de 196 mil para 228 mil, acréscimo de 16,7%, ou seja, 32 mil pessoas a mais em comparação ao quarto trimestre de 2020. Reforça a quantidade de pessoas em busca de emprego a redução de indivíduos fora da força de trabalho em 29 mil pessoas. Quanto à estimativa da população desalentada, que mostra os indivíduos que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar emprego, houve redução de 27,7% frente ao trimestre anterior. Em suma, o resultado da Pnad Contínua mostra diferentes recortes negativos que pressionam o mercado de trabalho em Santa Catarina em 2021.

Além dos impactos do mercado de trabalho, pode estar ganhando força a insegurança das famílias em relação ao fim do programa de manutenção de emprego e renda do Governo Federal. Esse programa minimizou as perdas de postos de trabalho e garantiu renda para as famílias. Entre a primeira e segunda versão do benefício, foram alcançados cerca de 571 mil trabalhadores formais em 969 mil acordos realizados. Desse montante de acordos, o setor do comércio representou 15% do total, já os serviços foram 40% dos acordos. Ambos os setores representam 55% dos acordos realizados (482 mil em 2020 e 53 mil em 2021).

Com relação às faixas de renda analisadas na pesquisa, a tendência acompanha o indicador principal quanto ao grau pessimista das famílias. O impacto do emprego no grau de satisfação parece ser mais sentido para as

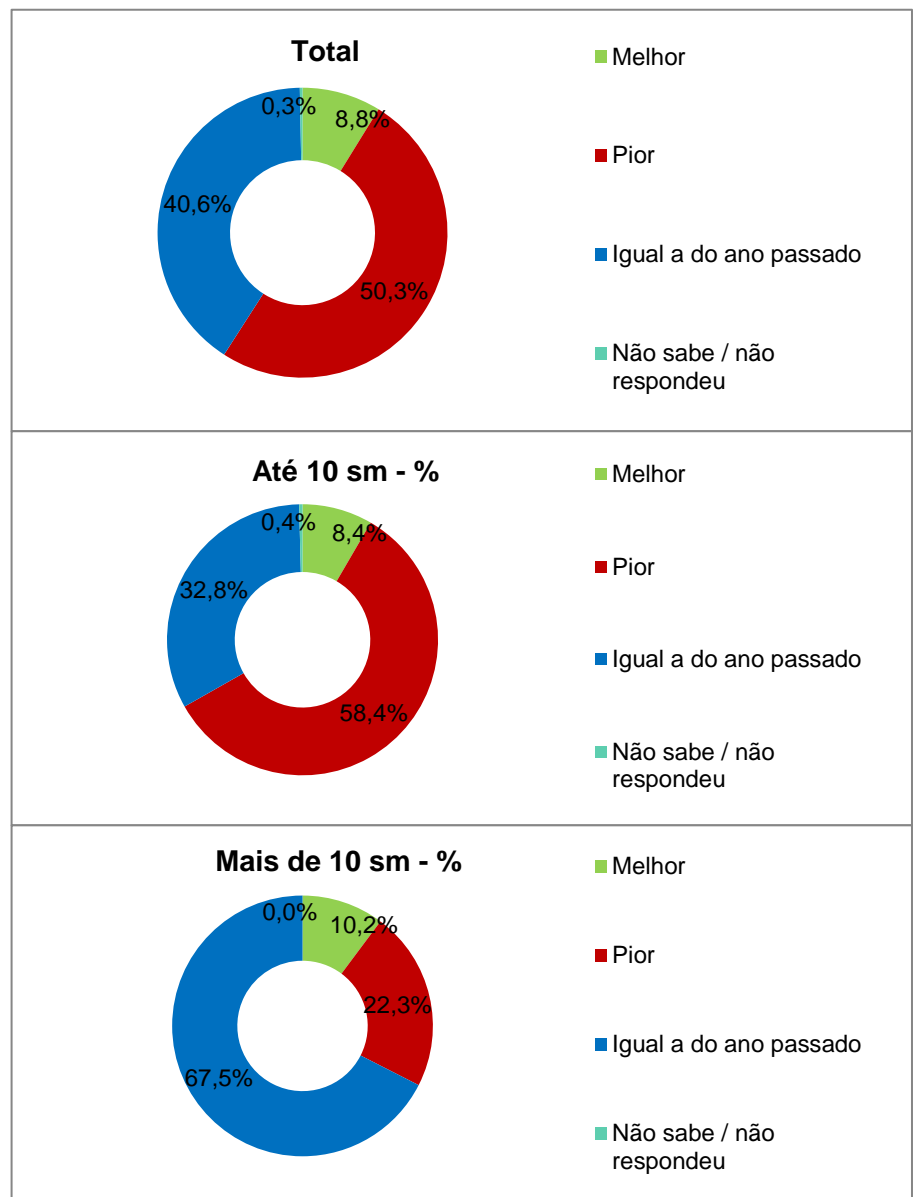


famílias com renda abaixo de 10 SM, que apontou no mês 49,6 pontos, queda de 5,95% frente ao mês anterior. De outro lado, o ritmo das faixas acima de 10 SM, após avanço em junho, voltou a reduzir pelo segundo mês de maneira mais acelerada, ao diminuir 4,15%.

O **indicador da Renda Atual**, após atingir a mínima histórica da série em abril (51,0 pontos), acelera a trajetória de crescimento pelo quarto mês sucessivo, ao avançar 5,6% na passagem do mês. Apesar da alta, ao situar-se em 58,5 pontos, o indicador permanece sendo o segundo mais afetado no comparativo anual dentre os componentes do ICF, com queda de 41,8%. O avanço nesse quadro pode estar relacionado à entrada em circulação da concessão dos benefícios de transferência de renda, como o auxílio emergencial do Governo Federal e Estadual e à antecipação do pagamento do 13º salário do INSS, medidas que reforçam a renda das famílias no curto prazo.

As avaliações das famílias demonstraram que a maioria (50,3%) considerou a renda pior do que no ano passado, diante de 53,9% no mês anterior e 27,64% em agosto de 2020. No mesmo período do ano anterior, 28,2% das famílias indicaram renda melhor e 42,36% igual ao do ano anterior. Ao analisar as faixas de renda, o

impacto no indicador de renda atual é mais acentuado para as famílias com renda até 10 SM. Esse resultado é visível na manifestação de 67,5% das famílias com renda maior, que afirmam ter renda equivalente ao ano anterior,



enquanto a maioria (58,4%) das famílias com renda menor afirmam piora na renda atual.

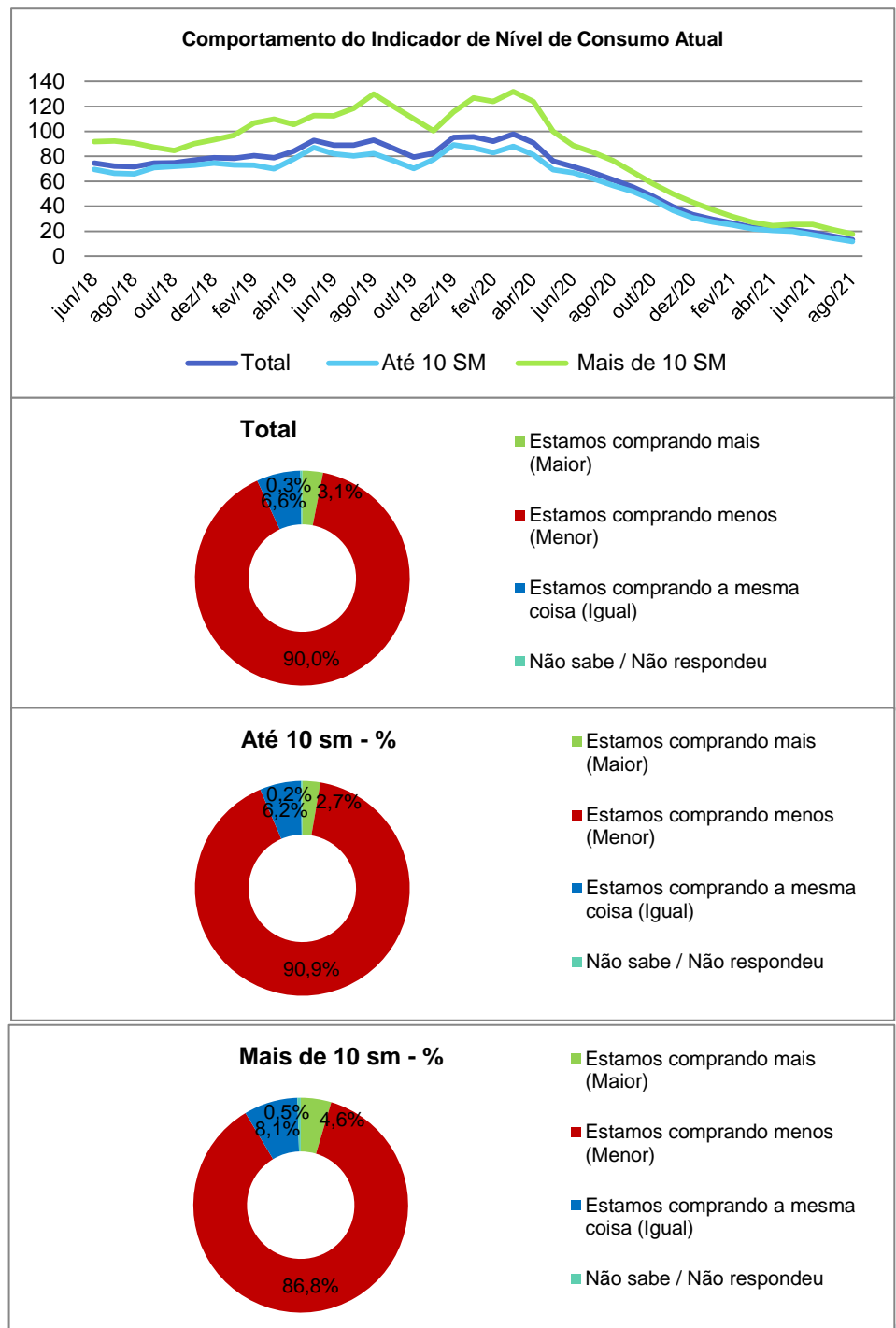
Essa perspectiva negativa da renda pode estar associada às condições inflacionárias aceleradas, especialmente, no IPCA que acumula alta em 12 meses de 8,9%. Esse resultado infringe o limite máximo da meta de inflação definida para o ano de 2021, que foi de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 pontos percentuais para mais ou para menos. Entre janeiro e julho de 2021, o IPCA acumula alta de 4,76%, maior resultado para o ano desde 2016, quando a inflação registrada no primeiro semestre foi de 4,96%.

CONDIÇÕES DE CONSUMO: ACESSO AO CRÉDITO, MOMENTO PARA DURÁVEIS E CONSUMO

O indicador do **nível de consumo atual** reforça as perdas no ano ao encerrar o mês 78,5% menor que igual período do ano passado e renovar a mínima histórica pelo décimo primeiro mês consecutivo ao atingir 13,1 pontos. Na passagem do mês, o indicador acelerou o movimento de queda, após redução de 15,9% no mês anterior, e permanece sendo o mais impactado entre os componentes do ICF, com diminuição de 17,9%. O movimento de queda se mantém numa velocidade extremamente preocupante e completa o 17º mês seguido de movimento negativo, inclusive a média de 2021 alcança -10,92% e é superior a média de variação de igual período do ano anterior (-5,2%).

É interessante analisar que o impacto da pandemia sobre o nível de consumo ocorreu de maneira bastante similar para as duas faixas de renda analisadas, além disso, também renova o menor nível da série histórica neste mês em

termos absolutos. Na evolução mensal média dos últimos 12 meses o nível de



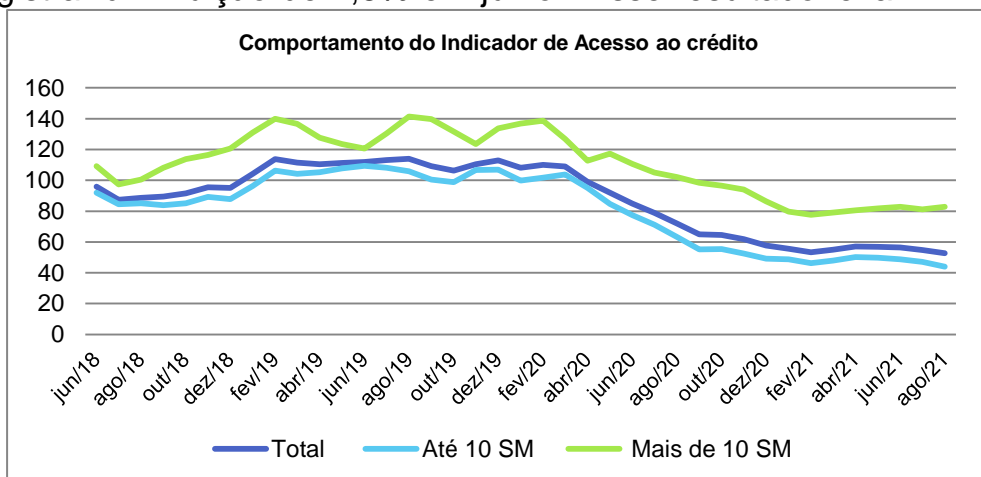
consumo para a faixa de renda de até 10 SM apresentou variação de -12,1%, enquanto para as faixas maiores a evolução foi de -11,3%. Em termos de pontos, as faixas superiores de renda mantiveram-se em nível sustentadamente maior do que as faixas menores, movimento predominante que deve estar associado à precaução e represamento, com constituição de reservas em poupança e investimentos.

A aceleração na deterioração do consumo atual também é visível nas respostas dos consumidores. A pesquisa aponta que 90% dos consumidores relatam estarem comprando menos do que antes, aumento de 2,2 p.p comparada ao mês anterior (87,8%) e apenas 3,1% afirmam estarem comprando mais que antes. Valores opostos na comparação com agosto de 2020, onde 54,3% das famílias indicavam estarem comprando menos do que antes e 15,4% comprando mais.

Com relação às faixas de renda, esse cenário é equivalente para ambos os grupos. 86,8% dos entrevistados com renda acima de 10 SM relatam estarem comprando menos que antes e 90,9% para famílias com renda abaixo de 10 SM também indicam menos compras. Essa queda no consumo pode estar relacionada aos impactos inflacionários, que corrói o poder de compra dos consumidores.

Com relação ao indicador de **Acesso ao Crédito** no comparativo anual a tendência negativa é mantida, com queda de 26,7% em relação ao ano anterior. No comparativo mensal, após recuperação no mês de março e abril, o índice reforça movimento de redução com a aceleração na queda de 3,9% diante do mês de junho, após registrar diminuição de 2,8% em julho. Esse resultado leva o indicador em termo absoluto ao menor patamar da série histórica da pesquisa, e mantém indicando perspectiva negativa das famílias para o acesso ao crédito ao situar-se em 52,7 pontos.

O movimento de queda deve estar ligado ao aumento na taxa SELIC que ocorre desde março deste ano. O Comitê de Política Monetária (Copom) estabeleceu um processo de normalização da política monetária no ano corrente, assim, a taxa passou de 2,0% para 5,25% ao ano, acréscimo de 3,75 pontos percentuais em um intervalo de quatro meses. As expectativas de mercado indicam que o aperto monetário deve ser intensificado até atingir ao final do ano 7,5%, segundo relatório Focus de 20 de agosto de 2021. Esses

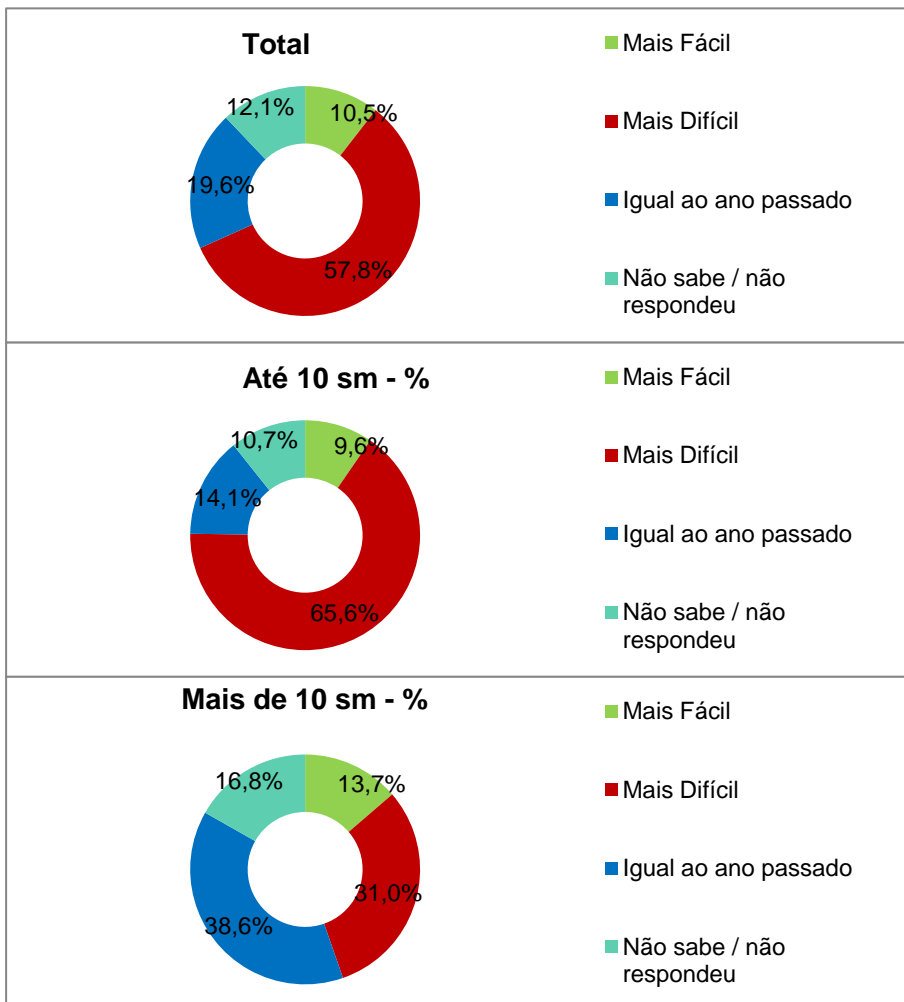


ajustes têm como objetivo reduzir o IPCA para mais próximo da meta (3,75%) e diminuir o ritmo de aceleração, que alcançou o maior patamar desde 2002 (1,19%) na passagem do mês de julho (0,96%) e acumula alta de 8,99% em 12 meses.

A proporção das famílias que acreditam que comprar a prazo está mais difícil teve acréscimo de 1,7 p.p na passagem do mês, alcançando em agosto 57,8% dos entrevistados, perante 56,1% em julho e 55,5% em junho. Ao comparar com igual período de 2020 (45,48%), houve avanço de 12,32 p.p. essa proporção mais elevada pode ser reflexo da diminuição de linhas de crédito, restrições financeiras, falta de garantias ou da ampliação dos juros. Considerando o recorte de faixa de

renda, as famílias com renda superior a 10 SM ultrapassaram em setembro/2020 o limiar que passa a considerar desfavorável o acesso ao crédito e a partir de novembro converge com a tendência das famílias com faixas abaixo de 10 SM. Na média da variação mensal em 12 meses, os grupos de renda são divergentes na proporção em termos absolutos (44 pontos para até 10 SM e 82,7 pontos acima de 10 SM), mas equivalente no movimento de diminuição, com queda de 2,9% (até 10 SM) e -1,7% (acima de 10 SM).

O **momento para duráveis** interrompeu tendência de alta que se mantinha por seis meses seguidos ao diminuir 2,4% diante do mês anterior. Apesar da queda, o componente permanece com variação positiva (6,90%) na média mensal do ano de 2021, assim, minimizando as perdas ocorridas nos meses anteriores. No contexto, o indicador se destaca por ser um dos primeiros componentes do ICF a reverter o movimento de perda anual após sucessivos 15



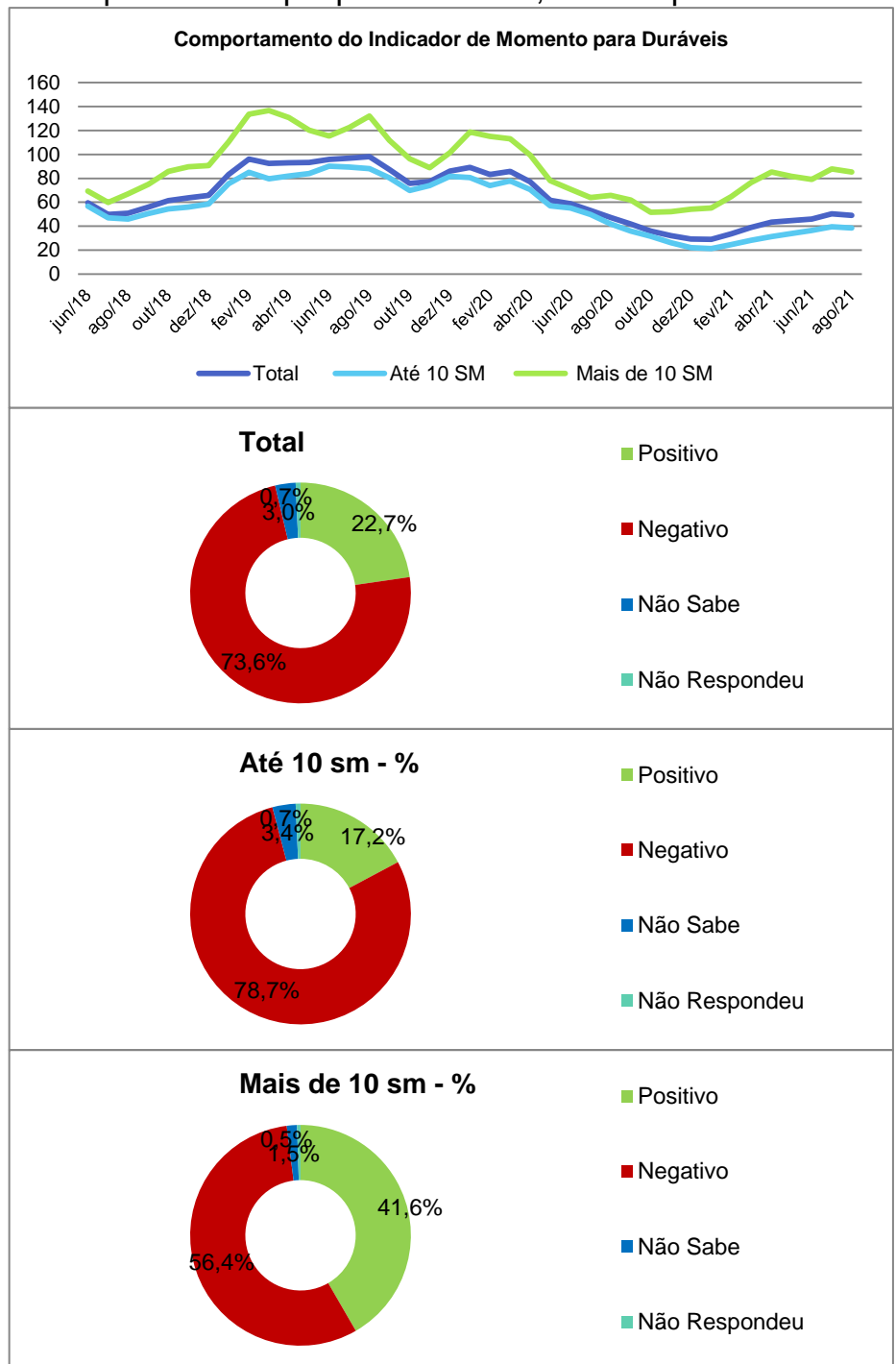
meses de retração, passando para o campo positivo de 3,7% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importante notar que em termo absoluto, o momento para duráveis situa-se abaixo dos 100 pontos por 56 meses seguidos (desde dezembro de 2016), o que indica a persistência do patamar negativo mesmo antes da pandemia.

O indicador está atualmente em 49,1 pontos, após atingir a baixa recorde de 29,0 pontos em janeiro de 2021, considerando a série histórica iniciada em 2010. Esse nível é considerado ainda muito preocupante em termos absolutos.

Com relação às faixas de renda, o impacto da pandemia ocorreu inicialmente de maneira mais intensa sobre as faixas de renda mais altas, que até março de 2020 se encontravam em patamar considerado favorável (acima de 110 pontos) e tiveram

reversão de tendência, passando a indicar patamares abaixo dos 100 pontos. Entretanto, as famílias com faixa de renda de até 10 SM já enfrentavam tendência negativa para o consumo de duráveis desde dezembro de 2016, momento em que o nível de pontos estava acima dos 100. Ainda que os grupos de faixas de rendas também tenham apresentado queda na passagem do mês,



ambos têm apresentado tendência de recuperação de maneira similar na média mensal do ano, de 7,5% (até 10 SM) e 6,2% (mais de 10 SM).

A parcela de consumidores que acreditam ser um momento negativo para compras deste tipo de produto atingiu 73,6%, maior que os 72,5% observados no mês anterior. A proporção dos consumidores que acreditam ser um momento positivo para essas compras alcançou 22,9%.

O elevado patamar pessimista reflete a maior restrição no acesso ao crédito observada na prática, assim, como é uma reação por parte dos consumidores frente ao cenário de incerteza futura, que o leva a adotar uma postura conservadora no consumo, evitando realizar gastos mais vultosos e o possível comprometimento da renda. Apesar de o índice estar em nível pessimista, o movimento crescente dos últimos meses começa a refletir no volume de vendas para o setor de veículos, motocicletas, partes e peças que reverteu o movimento de perda em abril, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio, e passou a acumular alta em 12 meses de 15,7% com base na competência de junho de 2021.

PERSPECTIVAS: PROFISSIONAL E CONSUMO

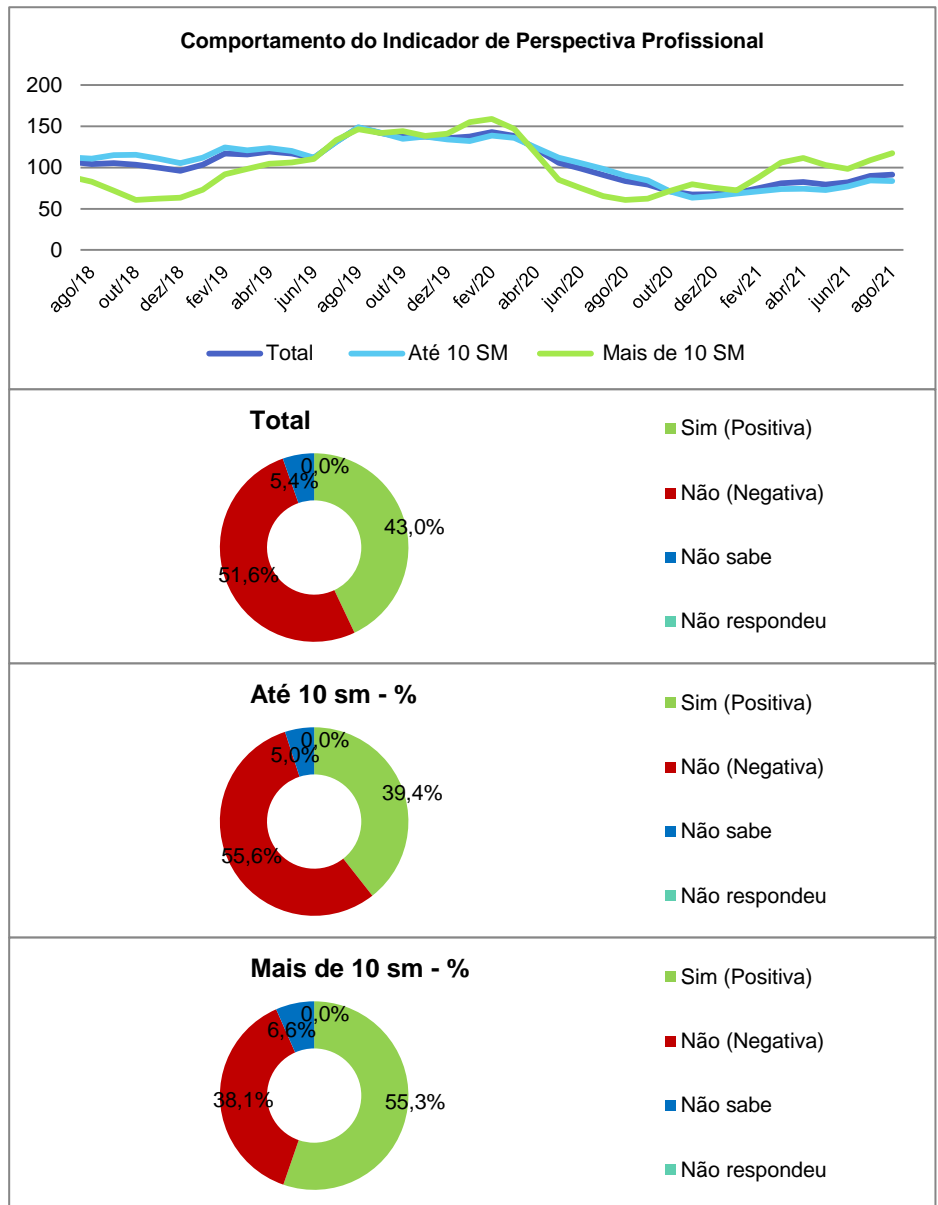
O indicador de **perspectiva profissional** intensifica o movimento de recuperação ao avançar 1,5% diante do mês anterior. Além disso, uniu-se ao componente momento para duráveis (+6,9%), como os únicos indicadores com média de variação mensal positiva no ano de 2021, de 3,90%. Esse resultado reverteu o patamar negativo no comparativo anual, que permanecia por 15 meses consecutivos - assim o índice passa para a variação positiva de 9,4%.

Importante notar que mesmo com a retomada mensal positiva, em termos de valor absoluto, o indicador encontra-se em nível de percepção pessimista (90 pontos), mas se aproxima do nível de divisão entre a intenção positiva e negativa (100 pontos), assim, indica possível sinal de reversão de tendência nos próximos meses.

A maior parcela das famílias (51,7%) demonstrou uma perspectiva profissional negativa em julho de 2021, enquanto, este valor foi de 52,0% no

mês anterior e de 55,07%, em agosto de 2020. Naquele ano, 38,53% das famílias entrevistadas indicaram perspectiva profissional positiva.

Em relação às faixas de renda, a perspectiva profissional das famílias com renda acima de 10 SM foi muito mais duramente impactada no início, sendo o único indicador em que tal faixa ficou em patamar (60,7 pontos, ago/2020) inferior às faixas de renda familiar abaixo de 10 salários mínimos (90,1 pontos,



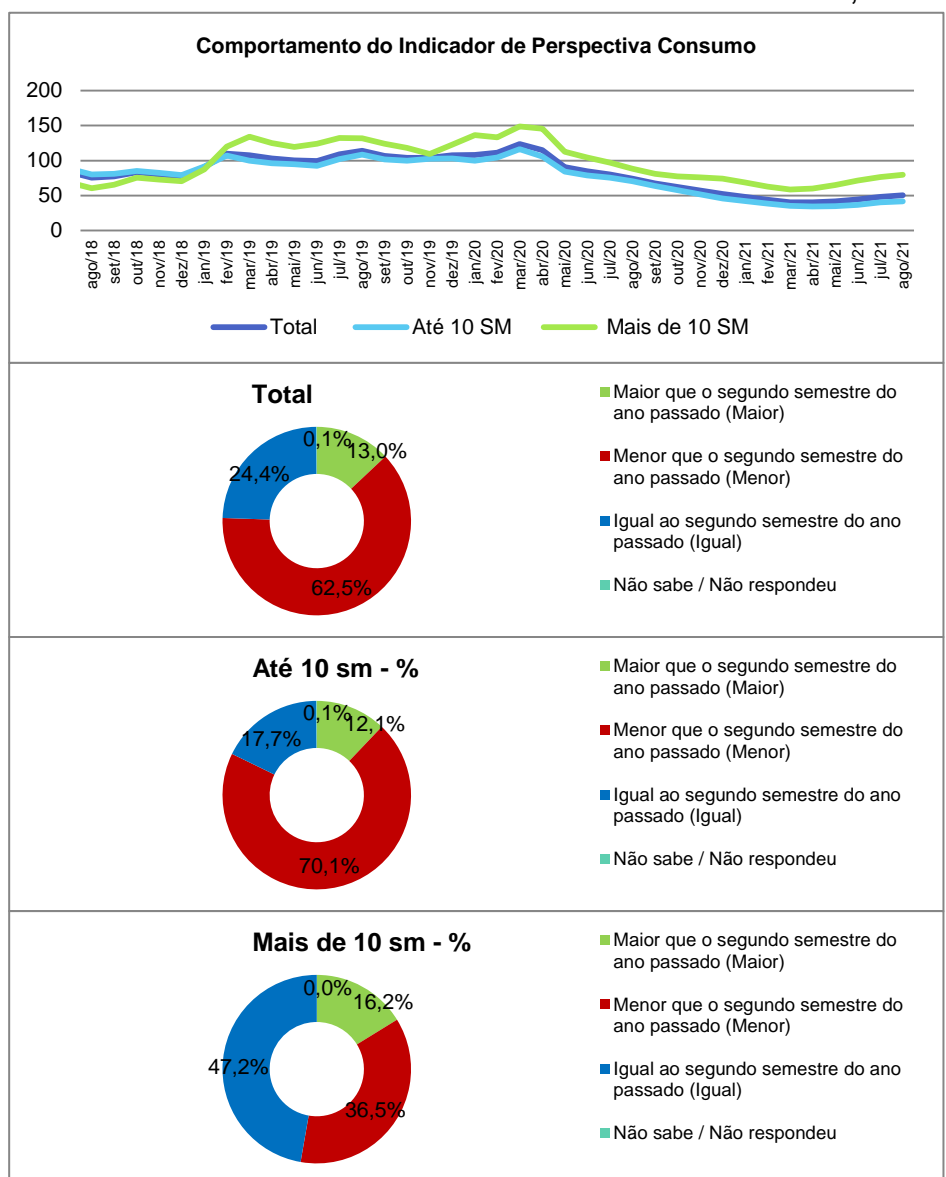
ago/2020). Após reverter o patamar de confiança no mês anterior ao ultrapassar 100 pontos, o índice (117,3 pontos) segue movimento positivo e registra alta de 7,9% frente a julho.

Já com relação à faixa de renda até 10 SM, as perspectivas profissionais continuam abaixo dos 100 pontos, mostrando tendência pessimista em relação à expectativa profissional, ao encerrar agosto em 83,8 pontos, queda de 0,9% frente ao mês anterior. Nessa faixa de renda menor, 55,6% dos entrevistados afirmam ter expectativa negativa para a profissão, enquanto na faixa maior, 55,3% indicam perspectiva positiva.

A **perspectiva de consumo**, após interromper o ritmo mensal de variação negativa que se mantinha durante os últimos 13 meses no mês de maio, permanece acelerando o movimento positivo pelo quarto mês seguido, com alta de 4,2% na passagem do mês, após crescer 8,3% em julho. Mesmo com o avanço nesse período, o índice permanece em patamar negativo ao situar-se em 50,4 pontos e encerra agosto com queda média mensal no ano de -0,19%.

Apesar de a tendência ser de alta, o nível do indicador ainda apresenta riscos futuro, pois a trajetória pessimista pode persistir por diversos meses, como foi observado durante a crise de 2016, quando chegou a atingir o fundo de apenas 35,9 pontos em junho de 2016 após um pico de 121,1 em novembro de 2014. De

outro lado, é importante notar que a aceleração das perdas nos níveis atuais de consumo apresenta uma divergência entre as perspectivas. Os resultados



indicam que as perspectivas se encontram em patamar superior ao nível atual de consumo, sendo assim, pode resultar em uma melhora dos níveis atuais na medida em que tais perspectivas menos negativas se concretizem e passem a reverter sua variação negativa.

Para 62,56% dos entrevistados as expectativas de consumo para os três meses seguintes serão menores, valor inferior ao apresentado no mês anterior (64,1%), ou seja, os agentes econômicos podem estar ajustando as expectativas. Com relação às faixas de rendas, a expectativa de consumo também é negativa para o grupo acima de 10 SM, mas os cenários são agravados para o grupo com até 10 SM, onde 70,1% das famílias têm previsão de consumo menor para os próximos meses.

METODOLOGIA

Foram entrevistados na primeira semana do mês consumidores em potencial, residentes no Município de Florianópolis, com idade superior a 18 anos.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por, no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d” (erro amostral) assumiria, no máximo, valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para “p” igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de, no mínimo, 500 consumidores esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.